



ANÁLISE DO NÚMERO DE CASOS DE DENGUE NAS MACRORREGIÕES DE SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL

Flávia Serafin Daros¹

Ingrid Torres¹

Júlia Simões Lopes Guarienti Rorato²

Eliane Fraga da Silveira³

A Dengue é problema de saúde pública no mundo. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2022 foram contabilizados 1.346.636 casos de Dengue no Brasil, sendo que o Rio Grande do Sul contabilizou 66.840 casos e obteve a classificação de 3º estado com mais óbitos devido a doença. Objetivou-se analisar os casos de Dengue notificados nas macrorregiões do Rio Grande do Sul. É um estudo ecológico e descritivo, abrangendo os registros de Dengue entre 2017 a 2021. Os dados foram obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponibilizados pelo Ministério da Saúde por meio do sítio eletrônico do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (TABNET-DATASUS). As variáveis analisadas foram número de casos por sexo, cor/raça, idade e escolaridade por Macrorregião de Saúde do RS (Vales, Sul, Serra, Norte, Missioneira, Metropolitana e Centro-oeste). No Estado foram notificados 16.297 casos de Dengue no período analisado. Sobre o perfil epidemiológico dos acometidos, o sexo feminino foi o mais afetado, com 53,2% (8668) dos casos. O predomínio das mulheres foi evidenciado em seis macrorregiões, sendo superior a 50% das notificações, à exceção da Sul. Das raças, os brancos (85%) foram os mais afetados, enquanto os grupos indígenas (0,1%) e amarelos (0,2%) apresentaram os menores registros. A faixa etária entre 20 e 39 anos apresentou mais casos, obtendo 36,1% dos registros, sendo que as macrorregiões Sul e Serra apresentaram mais que 50% do agravo. Quanto ao tempo de estudo, 17,3% (2812) possuem o ensino médio completo, sendo que a Norte contém 1054 destas notificações. No ensino fundamental e superior completo a macrorregião mais afetada foi a Norte, contabilizando 1205 de casos. Este estudo permite apontar o perfil epidemiológico da doença no RS, indicando os grupos populacionais que devem ser abordados nas ações de controle, tratamento e vigilância da doença. Logo, há necessidade de políticas públicas efetivas, bem como qualificação dos órgãos epidemiológicos dos municípios e investimentos em saúde para tratamento dos pacientes infectados.

Palavras-chave: *Aedes aegypty*; Vigilância Epidemiológica; Saúde Pública.

¹ Aluna do curso de Medicina, Bolsista PPROICT/ULBRA, flavia-daros@rede.ulbra.br, ingrid.torres@rede.ulbra.br

² Aluna do curso de Medicina da Universidade Luterana do Brasil/ULBRA, juliarorato@rede.ulbra.br

³ Orientadora, Professora do curso de Medicina e do PPGProSaúde/ULBRA, eliane.silveira@ulbra.br